

Ata do IX Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais	
Data	18 e 19 de maio de 2017
Pauta	<p>18/5 – Quinta feira – INHOTIM</p> <p>9h30 Abertura solene 10h Projeto CAMIR/BH 2017 10h45 Roda de conversa – “Educação para transformar o /mundo”/Sebastião Rocha 12h15 Foto oficial em Inhotim 14h Pesquisa de Campo/Visita guiada</p>
	<p>19/5 – Sexta feira – HOTEL OURO MINAS</p> <p>9h Palestra eixo Capacitação - “Aperfeiçoamento inicial e continuada do Juiz Eleitoral à luz da Res. Enfam 2/2017”/Fabiana Almeida Pellegrino 10h “Projetos EJE/TSE”/Dr. Fábio Quintas 11h Mesa redonda com o Diretor da EJE/TSE 12h Foto oficial em Belo Horizonte 14h “O Papel Social das EJEs”/Ministro Henrique Neves 15h “REFORMA POLÍTICA”/Roberto Carlos Martins Pontes 17h Eleição da Comissão Executiva do CODEJE 17h30 Apresentação da conclusão dos trabalhos 18h00 Homenagens: Des. Luiz Fernando Keppen Dra. Fabiana Almeida Pellegrino Dr. Fábio Lima Quintas Dr. Sérgio Antonio Ferreira Victor</p>

I – Abertura dos trabalhos

Aos dezoito dias do mês de maio do ano 2017, em Inhotim, Minas Gerais, reuniu-se o Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais – CODEJE, nas pessoas de seus representantes, para cumprir a programação previamente elaborada de acordo com as propostas adiante especificadas.

Após o credenciamento dos participantes, foi instalada a sessão solene de abertura, apresentando-se as seguintes autoridades para compor a Mesa de Honra: Desembargador Geraldo Domingos Coelho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e Diretor-Superintendente da Escola Judiciária Eleitoral “Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira”; Juiz Aldary

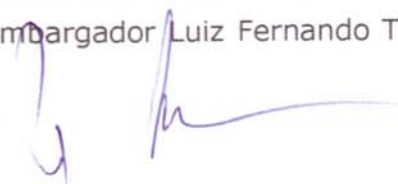


Nunes Júnior, Diretor Superintendente da Escola Judiciária Eleitoral do Espírito Santo e Presidente em exercício do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais – CODEJE; Desembargador Ramom Tácio de Oliveira, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral “Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira” do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Desembargador Mário Devienne Ferraz, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais e Diretor-Superintendente da Escola Judiciária Eleitoral de São Paulo; Juíza Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino, ex-Presidente do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais; Dr. Adriano Denardi Júnior, Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; e Noriko Tsukamoto, Coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais.

Procedeu-se, então, à execução do Hino Nacional Brasileiro, interpretado pela Orquestra de Sopros São Sebastião, sob regência do Maestro Anderson Cordeiro.

Em seguida, a Mestre de Cerimônia cumprimentou os demais presentes: Desembargadores e Juízes Diretores e Vice-Diretores das Escolas Judiciárias Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o País, acompanhados por seus coordenadores, assessores e secretários; o Juiz Paulo Rogério de Souza Abrantes, Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; o Juiz Luís Fernando Benfatti, Assessor da Corregedoria Regional Eleitoral do TRE-MG; Maria da Glória Araújo, Secretária de Gestão de Pessoas do TRE-MG; e Diogo Mendonça Cruvinel, Secretário Judiciário do TRE-MG.

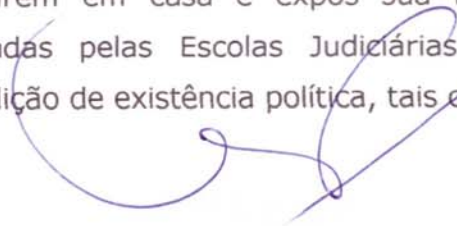
Para a abertura oficial do Encontro, foi dada a palavra ao Juiz Aldary, Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo e Presidente em exercício do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais, que saudou a todos e agradeceu a receptividade dos mineiros na pessoa do Desembargador Domingos Coelho, anfitrião do evento. Ressaltou a importância que as Escolas Judiciárias Eleitorais exercem no fortalecimento da cultura eleitoral dos cidadãos. Lembrou o desnivelamento ainda existente entre as Escolas dos Regionais, razão pela qual defendeu o apoio das maiores na consolidação dessas unidades como ferramentas de construção da visão política social. Registrou a presença do Desembargador Luiz Fernando Tomasi



Keppen, ex-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e ex-Presidente do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais, que, dentre as conquistas alcançadas diante dos desafios enfrentados durante o período em que presidiu o CODEJE, firmou essencial parceria com a UNICEF. Externou sua preocupação quanto à implantação do documento único de identificação pela Justiça Eleitoral, em meio às notáveis medidas de contenção orçamentária. Por fim, agradeceu à Noriko Tsukamoto, representante dos Coordenadores das Escolas Judiciárias Eleitorais do Brasil, cujos trabalho e dedicação são nacionalmente reconhecidos, no que foi ovacionada.

Ato contínuo, o Desembargador Domingos Coelho proferiu seu pronunciamento de boas-vindas. Revelou a tranquilidade do dever cumprido diante da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e como Diretor-Superintendente da Escola Judiciária Eleitoral "Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira", e a gratidão de poder encerrar sua missão com a grandiosidade daquele Encontro. Destacou o valoroso papel exercido pelas Escolas Judiciárias no aprimoramento acadêmico da Magistratura e dos servidores do Poder Judiciário e na construção de uma consciência cidadã. Parabenizou o empenho do Desembargador Ramom Tácio de Oliveira e a dedicação dos servidores da EJEMG, coordenados pela diligente Noriko Tsukamoto, diante do sucesso dos projetos e encontros desenvolvidos por aquela unidade. Registrou o reconhecido empenho do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e por todo o seu corpo de assessores, representados pelo Dr. Sérgio Antônio Ferreira Victor, Assessor-Chefe da Presidência do TSE, e pelo Professor Fábio Lima Quintas, Diretor da Escola Judiciária do TSE, no aperfeiçoamento das Escolas Judiciárias Eleitorais. Cumprimentou os demais magistrados presentes, bem como todos os demais participantes, desejando um frutuoso encontro.

Em seguida, o Desembargador Ramom Tácio de Oliveira, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral "Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira" do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, convidou a todos os presentes para se sentirem em casa e expôs sua reflexão sobre as importantes questões tratadas pelas Escolas Judiciárias Eleitorais que perpassam pela nossa condição de existência política, tais como cidadania e democracia.



Desfeita a mesa de honra, passou-se à apresentação do Projeto CAMIR/BH – 2017, pela Chefe da Seção de Programas Institucionais da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais, Vânia Lúcia da Rocha.

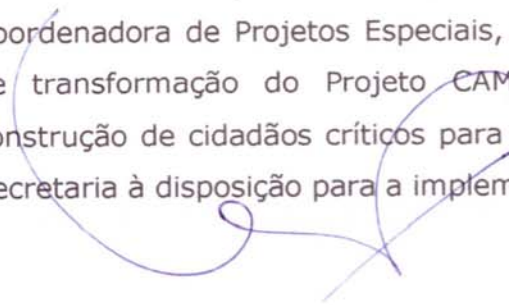
II – Projeto Câmara Mirim/BH

A servidora do TRE-MG explicou que o Projeto Câmara Mirim é uma experiência prática que envolve os Três Poderes: a Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio da Escola do Legislativo, coordena o Projeto em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e o Centro Pedagógico da UFMG, e convidou a Chefe da Seção de Formação de Cidadania da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Laurence Tiradentes Costa, para exposição dos detalhes.

A servidora da Câmara registrou que no Projeto CAMIR/BH são desenvolvidas diversas atividades educativas com o fim de promover a educação para a cidadania, por meio da formação política e do debate sobre temas de ordem social, ambiental, econômica e política dos alunos da rede pública, utilizando como instrumento pedagógico, a formação de um parlamento mirim do Município. Na sequência, foi apresentado um vídeo sobre os dez anos do projeto.

O Diretor do Centro Pedagógico da UFMG, Santer Alves Matos, trouxe os dados sobre os estudantes egressos do CAMIR e suas percepções sobre a experiência em um projeto de formação política e cidadã (2008-2015). A fim de compreender os impactos que o Câmara Mirim teve sobre a percepção da vida política dos vereadores mirins egressos, foi elaborado um questionário estruturado a ser respondido por 83 participantes, 25% do universo total do período. Os resultados demonstraram o notável aumento do interesse dos alunos pela política, o desenvolvimento das interações sociais e da exposição de ideias e opiniões, a superação da timidez, o respeito à autoridade, dentre outras contribuições pessoais e sociais.

Por fim, a Assessora da Secretária Municipal de Educação e Coordenadora de Projetos Especiais, Marina Luzia Nogueira, reiterou o poder de transformação do Projeto CAMIR, na medida em que possibilita a construção de cidadãos críticos para atuar na sociedade, e colocou a referida Secretaria à disposição para a implementação de projetos semelhantes.



Concluindo a apresentação, o Desembargador Ramom Tácio de Oliveira exaltou as ações desenvolvidas em prol da cidadania e reafirmou a importância do acesso aos bens essenciais à existência humana, dentre eles a cultura política.

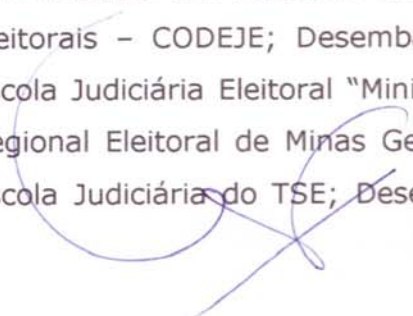
III – Roda de Conversa: “Educação para transformar o mundo” – Sebastião Rocha

Dando continuidade à pauta, convidou-se o antropólogo e educador Sebastião Rocha para a exposição de sua Roda de Conversa. O palestrante contou sua experiência como professor e a decisão de deixar a Universidade para se tornar educador. A partir da desconstrução do aprendizado tradicional, provou ser possível a educação sem escola. Citou suas destemidas ações para a valorização da cultura e da cidadania no Estado de Minas Gerais, dentre elas a criação do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento. Revelou a construção do aprendizado a partir dos desafios do cotidiano, que se tornavam laboratório para novas práticas e projetos inovadores, que surgiam da mobilização da comunidade. Aclamado, o palestrante convidou todos à participação dos projetos.

Ao final dos trabalhos da manhã, os presentes foram convidados para a fotografia oficial do evento em Inhotim.

IV – Palestra eixo Capacitação “Aperfeiçoamento inicial e continuado do Juiz Eleitoral à luz da Resolução Enfam 2/2017” - Doutora Fabiana Pellegrino, ex-Presidente do CODEJE

No segundo dia dos trabalhos do IX Encontro do CODEJE, em Belo Horizonte, Minas Gerais, aos dezanove dias do mês de maio de 2017, foi composta Mesa de Honra com as seguintes autoridades: Juiz Aldary Nunes Júnior, Diretor Superintendente da Escola Judiciária Eleitoral do Espírito Santo e Presidente em exercício do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais – CODEJE; Desembargador Ramom Tácio de Oliveira, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral “Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira” do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Professor Fábio Lima Quintas, Diretor da Escola Judiciária do TSE; Desembargador Mário Devienne Ferraz, Presidente



do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais e Diretor-Superintendente da Escola Judiciária Eleitoral de São Paulo; Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, ex-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e ex-Presidente do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais; Juíza Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino, ex-Presidente do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais; e Juiz Ricardo Matos de Oliveira, Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Em seguida, foi apresentada a palestra eixo Capacitação "Aperfeiçoamento inicial e continuado do Juiz Eleitoral à luz da Resolução Enfam 2/2017", apresentada pela Dra. Fabiana Pellegrino, ex-Presidente do CODEJE. A palestrante cumprimentou a todos os presentes e ressaltou a importância das Escolas como ferramentas de construção da cidadania. Registrou a necessidade de os integrantes das Escolas estarem comprometidos com o aprendizado, com o desenvolvimento das competências e com a capacitação permanente. Lembrou que a Resolução da ENFAM nº 2/2017 demonstrou o engrandecimento adquirido pelas Escolas Judiciárias, ao adicionar o direito eleitoral no curso de formação inicial dos magistrados. Reafirmou que a exigência de conhecimento e de capacitação permanente dos magistrados tem como fundamento o direito dos jurisdicionados e da sociedade em geral à obtenção de um serviço de qualidade na administração de Justiça. Destacou a criação dos eixos do Plano Diretor da EJE/TSE para o biênio 2016-2018, quais sejam: cidadania, aprimoramento e capacitação. Focou a apresentação no eixo capacitação, ressaltando as peculiaridades a serem consideradas na formação dos magistrados, seus princípios norteadores, suas finalidades e iniciativas. Por fim, detalhou as alterações trazidas pela Res. 2/2017 ENFAM.

V – Projetos da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral - Doutor Fábio Quintas, Diretor da EJE do TSE

Para a apresentação dos projetos da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, foi convidado o Dr. Fábio Quintas, Diretor da EJE do TSE, que saudou a todos os presentes e agradeceu a receptividade mineira. Iniciou a apresentação trazendo as escusas e os cumprimentos do Ministro



Gilmar Mendes, que se sentiu homenageado com o convite. Afirmou que a gestão atual da EJE do TSE reforça a missão institucional da justiça eleitoral de fortalecer a democracia e dignificar a política, colaborando com a missão de engrandecer o país. Dividiu a exposição em três blocos. Primeiramente, abordou a estrutura das EJEs na Justiça Eleitoral: a resolução que tratou da estruturação das Escolas Judiciárias as vinculou à Presidência do Tribunal, em razão da agilidade de tramitação proporcionada por uma estrutura mais enxuta, objetiva, e do papel fundamental que a unidade tem na educação. Quanto ao orçamento, lembrou que as Escolas estão sendo identificadas como unidades gestoras de recursos. Demonstrou a necessidade de terem parcerias internas do Tribunal para serem reconhecidas. Identificou os eixos de atuação das Escolas, já citados pela palestrante anterior: Capacitação, Aperfeiçoamento das Práticas Eleitorais e Cidadania. Reiterou que o fortalecimento da cidadania se desdobra em dois agentes alvo: o cidadão e o representante. A função de orientação das Escolas pode minimizar a atividade repressiva da judicatura, por meio das melhorias de práticas políticas. A Escola serviria de eixo de comunicação com a sociedade. Afirmou que o conhecimento tem que ser aplicado para ajudar o magistrado a desenvolver a solução de problemas práticos, não apenas na produção de teoria. As Escolas têm que dar instrumentos ao magistrado para lidar com o novo, gerar uma habilidade além de conhecimento, para atuar no contexto real. Num segundo momento, detalhou o diagnóstico das EJEs regionais, em que se baseou o plano de trabalho da EJE do TSE, construído para dialogar com o plano estratégico do Tribunal, alinhado aos objetivos estratégicos previamente definidos. Para atingir os objetivos do plano de trabalho, foram realizadas parcerias internas e externas (ENFAM e UNICEF), e a EJE do TSE passou a exercer o diálogo transparente com as demais unidades do Tribunal. Os projetos passaram a ser planejados para que pudessem ser uniformizados, padronizados para todas as outras Escolas. No terceiro ponto apresentado, detalhou os desafios e as perspectivas da EJE do TSE para 2017/2018. Informou que foi realizado um acordo de cooperação com os objetivos de incluir o Direito Eleitoral no curso de formação inicial e continuada dos magistrados. A EJE do TSE estará à frente do EAD para a formação inicial, em parceria com a EJE-MG, EJE-CE e EJE-MT e ENFAM, com disponibilização de



extensão do curso inicial de 24 horas aos servidores, informou que, mesmo com um já grande número de participantes magistrados, será verificada a possibilidade de disponibilizá-lo aos servidores. O Dr. Antônio Carneiro, Diretor da EJE-PB, convidou os presentes para participarem do COPTREL, Colégio dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, em junho próximo, e fez uma breve explanação da unidade paraibana. Ato contínuo, a Dra. Patrícia Cerqueira registrou que a interiorização dos cursos foi realizada pela EJE-BA com a transmissão ao vivo do projeto semanal. Ressaltou que, em consulta às atas dos encontros anteriores, percebeu que o CODEJE sempre externou sua preocupação com o orçamento e a estrutura das EJEs. Sugeriu que fosse elaborado um ofício solicitando uma recomendação do TSE para que os Tribunais fizessem a redistribuição das funções, a fim de que fosse atendida a estrutura mínima definida. Perguntou se já havia sido identificado o quantitativo de EJEs que já providenciaram a capacitação inicial. O Dr. Fábio explicou que, num primeiro momento, foram relacionadas as demandas, criados os projetos e, assim que consolidadas as práticas, o regimento interno da EJE do TSE será reavaliado, podendo, posteriormente, ser replicado às unidades regionais. Comprometeu-se a fazer o que for possível para fortalecer as EJEs, inclusive com recomendação do Ministro Gilmar Mendes, quando cabível. Por fim, o Des. Ramom Tácio parabenizou o palestrante, que agradeceu e se colocou à disposição.

VII – Palestra “O Papel Social das Escolas Judiciárias Eleitorais” - Ministro Henrique Neves sobre.

Retomando os trabalhos da tarde, os Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais foram convidados para a fotografia oficial do evento em Belo Horizonte.

Dando prosseguimento ao Encontro, foi proferida a palestra sobre “O Papel Social das Escolas Judiciárias Eleitorais” do Ministro Henrique Neves, que saudou a todos e agradeceu o convite para o evento. Iniciou sua apresentação, relatando sua experiência frente à primeira composição da Escola Judiciária Eleitoral do TSE, com a implantação do Projeto Eleitor do Futuro, trazido pelo então Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira da Costa Rica. Externou sua preocupação com a manutenção do planejamento das Escolas, e

sugeriu que os Dirigentes atuais dessem continuidade ao plano de trabalho de suas respectivas unidades, mesmo com os desafios orçamentários. Reiterou a importância da capacitação em direito eleitoral dos magistrados recém empossados, em razão do papel social desempenhado pela Justiça Eleitoral: na eleição municipal, os juízes eleitorais são, além de julgadores de lides, administradores do pleito. As Escolas, segundo o palestrante, são ferramentas hábeis a aproximar o Judiciário da sociedade, na medida em que habilitam o magistrado a atuar com segurança nos percalços ocorridos durante a realização das eleições. Ressaltou que a educação é o caminho primordial para a disseminação das noções de cidadania, dos direitos fundamentais, e sugeriu que as Escolas ampliassem a capacitação desde o eleitor até os partidos políticos, por meio de convênios que divulgassem a participação feminina na política, por exemplo.

A participação do Ministro Henrique Neves no IX Encontro e os esforços de Sua Excelência empreendidos em prol do fortalecimento das Escolas Judiciárias no Brasil foram agraciados pelo Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais e também pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, por meio de homenagem prestada pelo Doutor Aldary Nunes Júnior, com a entrega de uma placa.

VIII – Eleição da Comissão Executiva do CODEJE

Numa alteração de pauta, solicitada pelo Desembargador Ramom Tácio de Oliveira, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais, foi instalada a Plenária, para a eleição da Comissão Executiva do CODEJE. Segundo as normas, oportunizou aos membros o registro de candidaturas para o próximo biênio. O Presidente em exercício, Juiz Aldary Nunes Júnior, informou sua intenção em concorrer ao cargo de presidente do CODEJE, e a assembleia o elegeu, por aclamação. Reafirmou sua intenção de fortalecer a atuação das EJE's do país, e conclamou os Dirigentes para que houvesse a troca de experiências nesse sentido.

O Dirigente da EJE-PE, Dr. Delmiro Dantas, pediu a palavra e sugeriu que a eleição do CODEJE fosse realizada como o pleito oficial, inclusive com a apresentação das propostas pelos eventuais candidatos e votação secreta, e indicou a Dra. Patrícia Cerqueira, Dirigente da EJE-BA, para o cargo

da Vice-Presidência do CODEJE, em razão das suas pertinentes postulações para as Escolas.

O Dirigente do EJE-MS, Dr. Daniel Castro, lembrou a importância do debate e da transparência na composição para a direção do CODEJE, e se colocou à disposição da direção a ser eleita.

O Desembargador Ramom Tácio, Dirigente da EJE-MG, sugeriu que o estatuto do CODEJE fosse mais detalhada, para que a democracia concretizada seja

O Dirigente da EJE-RJ, Desembargador Fernando Cerqueira Chagas, ressaltou a necessidade de incentivar as eleições diretas do CODEJE, com regras eleitorais esmiuçadas.

O Desembargador Mário Devienne Ferraz, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais e Diretor-Superintendente da Escola Judiciária Eleitoral de São Paulo, fez um breve relato da criação do CODEJE, lembrando que a eleição da direção era realizada informalmente, dando preferência, tradicionalmente, para aqueles que já detinham a experiência.

O Dirigente da EJE-RJ e Conselheiro da ENFAM, Desembargador Fernando Cerqueira Chagas, reiterou que o CODEJE deveria decidir a atuação que as Escolas pretendem adotar, e defendeu a importante participação dos representantes mais novos na direção.

O Dirigente da EJE-RN, Dr. Ricardo Tinoco, afirmou a necessidade de um procedimento que assegure maior legitimidade, com um rito procedimental mais detalhado.

O Dirigente da EJE-PR, Dr. Nicolau Konkel, lembrou da relevância que as EJEs passaram a ter desde quando criadas em 2002, 2003 e 2004.

O Ministro Henrique Neves ressaltou que o CODEJE existe para defender o interesse de todos em prol do fortalecimento da democracia brasileira.

A Dra. Patrícia Cerqueira, Dirigente da EJE-BA, registrou que os dirigentes estão imbuídos dos mesmos desafios e perspectivas. Em consulta às atas anteriores, pontuou, de forma construtiva e propositiva, as regras do estatuto e os mandatos exercidos. Ato contínuo, solicitou que o CODEJE

definissem a forma como as vacâncias serão preenchidas, em razão da ausência de regras específicas no estatuto.

O Desembargador Ramom Tácio questionou aos Dirigentes se havia a possibilidade de prosseguirem com a votação dos demais cargos da direção do CODEJE.

O Desembargador Fernando Cerqueira Chagas, da EJE-RJ, sugeriu que fosse formada uma Comissão para o detalhamento do processo eleitoral da CODEJE.

A Diretora da EJE-PA, Desembargadora Célia Regina, pediu a palavra, apresentou-se aos colegas, e registrou sua candidatura para o cargo de Vice-Presidência, no que foi eleita por aclamação.

Em seguida, o Dirigente da EJE-PB, Dr. Antônio Carneiro, foi eleito por aclamação para o cargo de Membro da Comissão Executiva.

O Dr. Daniel Castro, representante da EJE-MS, disponibilizou-se para receber o próximo CODEJE, e o Dirigente do EJE-PE, Dr. Delmiro Dantas, propôs o nome do alagoano Luciano Guimarães Mata, primeiro Presidente do CODEJE, para ser homenageado no próximo encontro.

O CODEJE referendou à unanimidade a decisão do então Presidente em exercício, Juiz Aldary Nunes, Dirigente da EJE-ES, que havia prestado homenagem à Coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais, Noriko Tsukamoto, pelos relevantes serviços prestados à EJEMG, assim como às demais EJEs.

Foi registrada a presença do Desembargador Domingos Coelho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

IX – Palestra “Reforma Política” - Doutor Roberto Carlos Martins Pontes

Seguindo a pauta, foi apresentada a palestra “Reforma Política” pelo Doutor Roberto Carlos Martins Pontes, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de Direito Constitucional e Eleitoral. O palestrante cumprimentou a todos e agradeceu o convite. Informou que presta consultoria institucional na Câmara dos Deputados, atividade não ligada a partido político ou deputado federal. Ressaltou que a participação da Justiça Eleitoral na reforma política é recente, mas mostrou-se fundamental para a construção



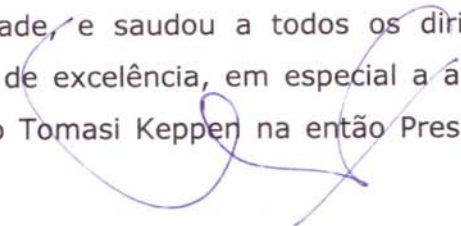
dos trabalhos. Destacou os principais eixos da Reforma: o fortalecimento dos instrumentos de democracia direta (iniciativa popular de leis, plebiscitos e referendos); as alterações em pontos específicos da legislação eleitoral e partidária (ex: calendário eleitoral, antecipação do processo de registro, prazos de desincompatibilização, pesquisas eleitorais e disciplina de órgãos partidários provisórios, federação de partidos e outros); e questões estruturais da reforma: sistema eleitoral e modelo de financiamento de campanhas. Em seguida, detalhou de forma brilhante as propostas do Projeto de lei eleitoral sobre campanha eleitoral, pesquisas eleitorais, partidos políticos, sistema eleitoral e sua transição, participação política feminina, financiamento eleitoral e outras propostas de âmbito maior.

O Juiz Aldary Nunes Júnior, Presidente em exercício do CODEJE, solicitou que o material apresentado pelo palestrante fosse disponibilizado pela EJEMG aos Dirigentes do Colégio.

X – Conclusão dos trabalhos e homenagens

Registrou-se a presença do Desembargador José Edgard Penna Amorim Pereira, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; do Desembargador Maurício Torres, Presidente da AMAGIS; e do Juiz Luís Fernando Benfatti, Assessor da Corregedoria Regional Eleitoral do TRE-MG.

O Desembargador Geraldo Domingos Coelho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e Superintendente da Escola Judiciária Eleitoral “Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira”, foi convidado a iniciar as homenagens às pessoas que marcaram a história do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais, iniciando-se pelo Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, que presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná até fevereiro deste ano, sendo, atualmente, Assessor Especial da Comissão de Reforma Política da Câmara Federal. Foi dada palavra ao Dirigente da EJE-PR, Dr. Nicolau Konkel Júnior, que ressaltou o prestígio da Justiça Eleitoral perante a sociedade, e saudou a todos os dirigentes, passados e presentes, pelo trabalho de excelência, em especial a administração do Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen na então Presidência do Tribunal Regional Eleitoral



do Paraná. Em seguida, foi lida homenagem da Corte daquele Regional ao homenageado em tela.

Em seguida, o Desembargador Edgard Penna Amorim, Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, prestou homenagem à Doutora Fabiana Pellegrino, ex-Diretora da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia e ex-Vice-Presidente e Presidente do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais do Brasil. O Coordenador da EJE-PE, Dr. Eduardo Sérgio Japiassú, prestou as homenagens à Dra. Fabiana, em nome dos Coordenadores das Escolas.

O terceiro homenageado foi o Dr. Fábio Quintas, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, Professor da Escola de Direito de Brasília (EDB) do Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP (Brasília-DF), que recebeu a placa das mãos do Desembargador Ramom Tácio de Oliveira, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais.

O Excelentíssimo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes, foi homenageado na figura do Dr. Fábio Quintas, da EJE do TSE, agraciado com uma placa recebida do Desembargador Domingos Coelho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

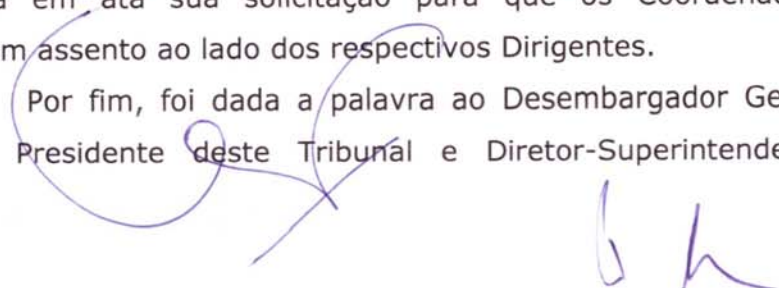
O momento de homenagens foi finalizado de modo especial. A Coordenadora da EJEMG, Noriko Tsukamoto, recebeu a placa das mãos do Des. Ramom Tácio e Dr. Fábio Quintas, e agradeceu a colaboração de toda a equipe envolvida nominalmente.

Pedida a palavra, o Des. Keppen fez seu registro de agradecimento aos anfitriões, na pessoa do Des. Ramom Tácio, e fez uma breve abordagem da relevância do papel das Escolas no cenário político social.

Concluindo os trabalhos, o Dr. Aldary Nunes solicitou que os demais Dirigentes se manifestassem sobre os itens propostos na minuta da Carta de Minas Gerais. As observações foram devidamente anotadas à Carta, a ser assinada por todos os representantes das EJE.

A Dra. Patrícia Cerqueira, Dirigente da EJE-BA, pediu para que fosse constada em ata sua solicitação para que os Coordenadores das EJE tomassem assento ao lado dos respectivos Dirigentes.

Por fim, foi dada a palavra ao Desembargador Geraldo Domingos Coelho, Presidente deste Tribunal e Diretor-Superintendente da Escola



Judiciária Eleitoral de Minas Gerais, para seu pronunciamento final. Ressaltou a importância do Encontro de Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais na interação dos trabalhos, na exposição dos projetos, enfim, na disseminação do conhecimento que impacta positivamente a sociedade, levando crianças, jovens e adultos a pensarem sobre seu papel social, sobre a consequência de suas escolhas. Registrou a relevância de os temas abordados serem aplicados, aprofundados no âmbito da Justiça Eleitoral, em razão da carência social diante dos fatos políticos complexos dos tempos atuais. Parabenizou a todos os participantes do IX Encontro do CODEJE pelo grande sucesso alcançado, lembrou dos esforços empenhados em recebê-los bem e exaltou o excelente trabalho de organização dirigido pelo competente Desembargador Ramom Tácio de Oliveira, pela Senhora coordenadora Noriko Tsukamoto e pelo corpo de servidores da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais. Agradeceu as honrosas presenças do Dr. Aldary Nunes Júnior, Presidente eleito e empossado do CODEJE, do Ministro Henrique Neves, do ilustre Dr. Fábio Quintas, que muito bem representou o Ministro-Presidente do TSE, Doutor Gilmar Mendes. Na pessoa do Desembargador Luiz Fernando Keppen, cumprimentou todos os ex-Presidentes do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais, destacando, ainda, o prestígio proporcionado pelo Desembargador Mário Devienne Ferraz, Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais.

Não havendo mais temas a tratar, o Presidente do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais, Juiz Aldary Nunes Júnior, declarou encerrado o IX Encontro, conclamando-os a assinarem a CARTA DE MINAS GERAIS, previamente disponibilizada aos presentes para leitura, e lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos membros Dirigentes presentes. Belo Horizonte - MG, 19 de maio de 2017.



Dr. Antônio Araújo da Silva
Diretor EJE-AC



Desembargador Alexandre Lenine de Jesus Pereira
Diretor EJE-AL

✓ Dr. Léo Alexandrino Furtado
Diretor EJE-AP

✓ Dr. Henrique Veiga Lima
Diretor EJE-AM

✓ Dra. Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer
Diretora EJE-BA


Desembargador Carlos Divino Vieira Rodrigues
Diretor EJE-DF

Juiz Aldary Nunes Júnior
Diretor Superintendente EJE-ES
Presidente em exercício do CODEJE

✓ Dr. Luciano Mtamios Hanna
Diretor EJE-GO

Dr. Paulo César Alves Sodré
Diretor EJE-MT


Dr. Daniel Castro Gomes da Costa

Desembargador Alexandre Lenine de Jesus Pereira
Diretor EJE-AL

√ Dr. Léo Alexandrino Furtado
Diretor EJE-AP

√ Dr. Henrique Veiga Lima
Diretor EJE-AM

√ Dra. Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer
Diretora EJE-BA

Desembargador Carlos Divino Vieira Rodrigues
Diretor EJE-DF

Juiz Aidary Nunes Júnior
Diretor Superintendente EJE-ES
Presidente em exercício do CODEJE

√ Dr. Luciano Mtamios Hanna
Diretor EJE-GO

Dr. Paulo César Alves Sodré
Diretor EJE-MT

Dr. Daniel Castro Gomes da Costa

Diretor EJE-MS

Desembargador Geraldo Domingos Coelho
Diretor Superintendente EJE-MG

Desembargador Ramon Tácio de Oliveira
Diretor EJE-MG
Secretário do CODEJE

✓ Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Diretora EJE-PA

✓ Dr. Antônio Carneiro de Paiva Júnior
Diretor EJE-PB

Dr. Nicolau Konkel Júnior
Diretor EJE-PR

Dr. Delmiro Dantas Campos Neto
Diretor EJE-PE

Dra. Maria Célia Lima Lúcio
Diretora EJE-PI

✓ Desembargador Fernando Cerqueira Chagas
Diretor EJE-RJ

Diretor EJE-MS

Desembargador Geraldo Domingos Coelho
Diretor Superintendente EJE-MG

Desembargador Ramon Tácio de Oliveira
Diretor EJE-MG
Secretário do CODEJE

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Diretora EJE-PA

Dr. Antônio Carneiro de Paiva Júnior
Diretor EJE-PB

Dr. Nicolau Korikel Júnior
Diretor EJE-PR

Dr. Delmiro Dantas Campos Neto
Diretor EJE-PE

Dra. Maria Célia Lima Lúcio
Diretora EJE-PI

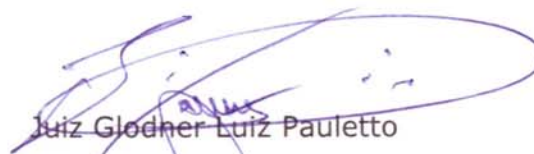
Desembargador Fernando Cerqueira Chagas
Diretor EJE-RJ



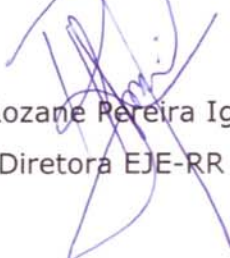
Dr. Ricardo Tinoco de Goes
Diretor EJE-RN



Desembargadora Liselena Schifino Robles Ribeiro
Diretora EJE-RS

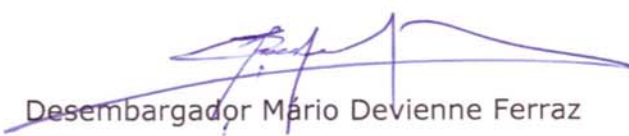


Juiz Glodner Luiz Pauletto
Diretor EJE-RO



Dra. Rozane Pereira Ignácio
Diretora EJE-RR

√ Desembargador Jaime Ramos
Diretor EJE-SC



Desembargador Mário Devienne Ferraz
Diretor EJE-SP
Presidente do Colégio de Presidentes de TREs

Dr. Henrique Pereira dos Santos
Diretor EJE-TO